POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JBCLASS. : 287DATA : 08 07 87PG. : 09**NOTA DE ESCLARECIMENTO**

O JORNAL DO BRASIL, de 1º.07.87, à página 07, publicou matéria de autoria dos jornalistas João Sant'Anna e Oscar Valporto, abordando o tema "Mineração em Áreas Indígenas", aliás, assunto de regulamentação pela FUNAI, consoante o disposto no decreto nº 88.985, de 10.11.83.

Cabe-me, a respeito, prestar os esclarecimentos que se seguem, visto que compete-me restabelecer, como de direito, a verdade sobre fatos narrados:

1) O jornalista João Sant'Anna, com a mencionada publicação, enfocou ângulos disciplinados através da portaria assinada pelo presidente da FUNAI e pelo diretor-geral do DNPM, portaria essa decorrente da recomendação constante do citado decreto, em seu artigo 9º, nestes termos:

"A FUNAI, no âmbito de sua competência, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, do Ministério das Minas e Energia, expedirá as "Normas Internas" necessárias ao cumprimento deste decreto."

Não tem sentido o reclamado "sigilo" que se diz esteja a envolver a referida portaria, aliás, elaborada sob cuidadosos exames por parte das autoridades governamentais, portaria essa publicável tão somente no boletim interno da FUNAI, dada a inobrigatoriedade de sua publicação, no Diário Oficial da União, por força da própria determinação do aludido decreto, que disciplina, procedimentos pertinentes através de "normas internas", reguladoras dos organismos encarregados de sua elaboração.

Por justiça, cabe-me deixar claro, ainda, que a referida portaria não permite, pura e simplesmente, ou "automaticamente", a outorga de títulos autorizativos de atividades minerárias, em regiões, ou áreas indígenas, antes de expresso e formal consentimento das suas comunidades, valendo frisar-se que, anteriormente à aludida portaria, a essas comunidades não era lícito quaisquer manifestações a respeito.

2) Quanto à narrativa do jornalista Oscar Valporto, dissecando o documento elaborado pela "Conage/Cedi", de abril de 1986, informo que o mesmo foi exaustivamente estudado por uma comissão do DNPM/FUNAI, a qual concluiu pela inveracidade dos fatos apontados. Estão à disposição todos os documentos pertinentes, para as análises necessárias.

Conforme poderá ser verificado, com base nesses documentos, nenhuma área foi concedida em reservas indígenas, nem propositadamente e nem por engano do nosso controle de áreas. Poderá ser observado, a respeito, é que alguns alvarás, principalmente na região "Cabeça de Cachorro", extremo noroeste do Amazonas, tiveram suas áreas incorporadas a áreas indígenas, após haver sido descoberto, ali, um grande potencial em ouro. A partir do momento em que o DNPM foi notificado, pela FUNAI, da pretensão em ampliar aquela região indígena, englobando as áreas auríferas, não mais foi outorgado, nesse polígono qualquer alvará de pesquisa. Assim, a ilação do jornalista Valporto, de que os "números de alvarás certamente aumentaram" deve ser reparada, pelo desacerto nela contido.

De mais a mais, esta diretoria-geral, cumprindo determinação do Exmo. Senhor Ministro das Minas e Energia, providenciou a suspensão, por tempo indeterminado, da outorga de quaisquer títulos minerários, em terras indígenas, até que, a respeito, a Constituinte venha firmar definição.

Pertinentemente à alegada "prioridade para lavra", dita obtida através de simples requerimentos, quero deixar claro que tais requerimentos, tão somente de pesquisa, não significam a obtenção de "direito adquirido", ressalvado o "direito de prioridade", ainda assim, caso, posteriormente, venha a ser obtido o consentimento da FUNAI, após ouvido o DNPM.

Desfazendo dúvidas, devo esclarecer não terem fundamento as notícias veiculadas segundo as quais as empresas de mineração, "ditas multinacionais", estariam exercendo atividades minerárias, nas faixas de fronteiras, por ser de segurança nacional, como, outrossim, nas áreas reservadas às comunidades indígenas.

3) Com respeito ao invocado "silêncio", do atual diretor-geral, dito "instalado no DNPM desde os tempos da ditadura", devo lembrar, pertinentemente às insinuações do Sr. José Altino, já-haver tomado as providências cabíveis, junto à Procuradoria da República, em busca dos reparos legais a que tenho direito.

José Belfort dos Santos Bastos
Diretor-Geral do DNPM